

Pendência com a Polônia

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Ibrahim Eris, informou ontem, na Comissão de Economia do Senado Federal, que os negociadores brasileiros enviados para discutir os termos do acordo geral da dívida da Polônia, no Clube de Paris, estão instruídos a informar aos demais credores com os quais se sentam à mesa de negociações que, da parte do Brasil, o acordo só poderá ser aceito após a aprovação pelo Senado Federal.

Eris respondia a uma indagação do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), preocupado em chamar a atenção de que o acordo com a Polônia também precisa ser aprovado pelo Senado, embora o País apareça neste caso como credor.

Os credores da Polônia já haviam há algumas semanas concordado com o princípio do abatimento, em 50%, do estoque da dívida daquele país junto a governos ou agências oficiais de financiamento. As discussões em torno do acordo geral que vai reestruturar aquela dívida — cal-

culada em torno de US\$ 30 bilhões — foram iniciadas ontem formalmente no fórum do Clube de Paris, reunido em Paris.

O Brasil tem US\$ 4 bilhões aproximadamente a receber da Polônia e, por outro lado, devedor de uma larga quantia, entre US\$ 18 bilhões e US\$ 20 bilhões, junto a governos e agências oficiais. O Brasil também terá de renegociar sua dívida junto ao Clube de Paris — só depois de ter acertado um acordo "stand by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — e vai insistir que o abatimento de 50% concedido à Polônia abre um precedente para outros países.

"Nossa luta é insistir que a medida é um precedente e deve ser estendida a países de renda média", colocou o presidente do BC. O negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, lembrou que, a despeito do tratamento no fórum do Clube de Paris, a Polônia vem encontrando dificuldades nas negociações dos juros atrasados com os bancos privados, cujo comitê reúne-se em Londres e não em Nova York, como é o caso brasileiro.